



PANORAMA ECONÔMICO

MÍRIAM LEITÃO

Primeira crise

Momento político difícil o atual em que a presidente Dilma Rousseff enfrenta sua primeira crise no cruzamento de várias questões importantes. A crise Palocci, o conflito do Código Florestal, a exigência do PMDB por mais nomeações, a pressão por mais gastos dos restos a pagar, a inflação. Ela precisará agora entrar diretamente na administração das diversas frentes de combate.

O enfraquecimento diário do ministro que ocupa posição-chave no seu governo escala o tamanho das crises. É exatamente essa desidratação de Antonio Palocci que gerou ou ampliou os outros problemas.

A demora das suas explicações para o salto do seu patrimônio elevou a dimensão da crise, em vez de dissolvê-la como os seus estrategistas calcularam.

Temas de natureza diversa se cruzaram, agravando cada um dos problemas. Com Palocci na berlinda, ficou reduzida sua capacidade de administrar a fragmentada base política.

O governo estava segurando nomeações de políticos e tentando anular as emendas parlamentares que estão nos restos a pagar.

Como o governo está mais fragilizado, aumentam as pressões por nomeações políticas. Para combater o risco inflacionário, uma das armas seria conter gastos públicos, e o governo já deu sinal de que cederá nos restos a pagar.

Palocci havia comandado a reação do governo às pressões pelas propostas mais nocivas na reforma do Código Florestal. O governo agora está sem capacidade de resistir e vendo sua base inteiramente partida nesse assunto.

A pneumonia dupla da Presidente não foi adequadamente comunicada ao País, o que alimentou, nos últimos dias, temores de que houvesse notícias ainda não reveladas sobre sua saúde.

Obviamente era preferível ter dado toda a informação sobre a gravidade da pneumonia em vez de incorrer no velho erro dos políticos de divulgar uma versão light sobre a saúde das autoridades.

Tudo isso se juntou nos últimos dias para dar uma sensação de governo precocemente enfraquecido e na berlinda, tendo que escolher entre opções igualmente ruins.

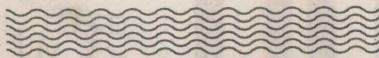
Crises sempre acontecem em qualquer governo, esta acontece cedo e com um enorme grau de complexidade. A Presidente será testada na sua capacidade de desfazer os nós.

Uma boa forma a evitar uma seqüela irreversível da crise é trabalhar para adiar a votação das propostas de mudanças no Código Florestal.

O ambiente está contaminado por inúmeras questões políticas, não é a hora de decidir questão tão fundamental para o nosso destino.

O País viu ontem um fato político expressivo, inédito: todos os dez ministros que ocuparam a pasta do Meio Ambiente em governos, partidos e regimes diferentes assinaram uma carta aberta à presidente da República.

Oito deles deram uma entrevista coletiva em que expressaram de forma contundente sua con-



O enfraquecimento diário do ministro que ocupa posição-chave no seu governo escala o tamanho das crises. É exatamente essa desidratação de Palocci que gerou ou ampliou os problemas

vicção de que aprovar a mudança no Código Florestal de 1965 como foi proposto pelo relatório do deputado Aldo Rebelo é um retrocesso. Pior ainda ficará o projeto se for aprovada uma emenda que se preparará no PMDB ruralista.

Anistia a quem desmatou até 22 de julho de 2008, transferência de alguns poderes de definição das Áreas de Preservação Permanente para os estados, enfraqueci-

mento do Conselho Nacional de Meio Ambiente.

Essas são algumas das medidas que, na comparação forte do ex-ministro do Meio Ambiente e da Amazônia no governo Itamar Franco, Rubens Ricupero, se o país adotar será como aprovar uma lei antiabolição.

O avanço na área ambiental foi passo a passo. Cada ministro a seu tempo lutou sua luta e agregou um dado a mais na legislação ambiental brasileira. Paulo Nogueira Neto foi chefe da Secretaria de Meio Ambiente, antes de haver ministério, de 1973 a 1985.

Naquele tempo, a ala forte do governo veiculava em anúncio a promessa: "vamos vencer o inferno verde". A Amazônia era o que eles consideravam o "inferno verde".

Paulo Nogueira com uma visão completamente adiante do seu tempo criou várias APAs, Áreas de Preservação Ambiental, e instituiu o Conselho Nacional de Meio Ambiente, Conama.

Seria uma contradição, disse a ex-ministra Marina Silva, na cerimônia do Viva a Mata, no Ibirapuera, em São Paulo, enfraquecer durante a democracia um conselho deliberativo para a participação da sociedade, que Paulo Nogueira Neto conseguiu criar em pleno governo militar. Mas é isso que corre o risco de acontecer.

Nunca, em nenhuma área, houve a reunião de todos os ministros que ocuparam uma pasta na defesa do mesmo conjunto de valores. Faltou apenas a assinatura de José Lutzenberger. Ele já é falecido, mas se vivo estivesse, mais barulho ainda faria, como era de seu estilo.

A presidente Dilma ficou de recebê-los hoje, dia também previsto para a votação da mudança no Código. Já disse que não aceitará anistia a quem desmatou ilegalmente até 22 de julho de 2008, como está na proposta de Rebelo.

Também defendeu que as concessões a pequenos agricultores sejam feitas em texto à parte. É a melhor forma de evitar que os médios e grandes se aproveitem de mudanças feitas para beneficiar a pequena propriedade.

O ambiente político está muito poluído. Não é hora de votar algo tão decisivo.

Com Alvaro Gribel